

As imagens da febre amarela e gripe espanhola: biopolítica, figuração e aparição

Images of yellow fever and Spanish flu: biopolitics, figuration and apparition

Marcela Barbosa Lins

Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: marcela.lins@gmail.com

Caio Dayrell Santos

Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: caiosantoscomunica@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Professora do PPGCOM-UFMG. Doutora em Comunicação Social pelo mesmo programa. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Resumo:

A palavra *epidemia* se relaciona ao prefixo grego *epi* (sobre/acima) e *demos* (povo), referindo-se, portanto, a algo tido como acima ou que incide sobre as populações: manifestações contagiosas que ocorrem de modo coletivo. Como a própria etimologia sugere, surtos de doenças são indissociáveis dos povos que afligem, servindo para se pensar tanto sua sujeição ao poder quanto as condições de possibilidade de seu aparecimento. A partir da análise de imagens de arquivo de duas das principais crises sanitárias ocorridas durante o Império e Primeira República - a febre amarela e a gripe espanhola - discorreremos sobre o conceito de biopolítica, destacando suas nuances dentro de um contexto do Sul Global e, argumentamos que, mesmo frente ao sofrimento provocado, fotografias ainda nos oferecem mecanismos de nomear injustiças e se opor a enquadramentos higienistas.

Palavras-chave:

Biopolítica; Febre Amarela; Gripe Espanhola; Figuração; Aparição.

Abstract:

The word *epidemic* is related to the Greek prefix *epi* (over/above) and *demos* (people), thus referring to something considered above or that affects populations: contagious manifestations that occur collectively. As the etymology itself suggests, disease outbreaks are inseparable from the people they afflict, serving to reflect both on their subjection to power and on the conditions for their emergence. From the analysis of archival images of two of the main health crises of the Empire and the First Republic, yellow fever and the Spanish flu, we discuss the concept of biopolitics, highlighting its nuances within a context of the Global South and, we argue that, even in the face of to the suffering caused, photographs still offer us ways of naming injustices and opposing hygienist framings.

Keywords:

Biopolitics; Yellow fever; Spanish flu; Figuration; Apparition.

INTERIN, v. 27, n. 2, jul./dez. 2022. ISSN: 1980-5276.

1 Introdução

Conforme postulou Susan Sontag (2007), uma doença contagiosa não tem, em si, qualquer significado. Trata-se de um fenômeno causado por um microorganismo que ganha significância a partir dos modos como interfere na vida das pessoas e nas reações que provoca. A palavra *epidemia*, por sua vez, se relaciona ao prefixo grego *epi* (sobre/acima) e *demos* (povo), de modo que deixa entrever algo que está acima e incide sobre as populações; se refere a manifestações contagiosas que ocorrem de modo coletivo.

No presente texto, debruçamo-nos especialmente sobre dois eventos epidêmicos que marcaram os séculos XIX e XX: (1) o primeiro grande surto de febre amarela, em âmbito nacional, ocorrido a partir de 1849 e que persistiu enquanto um problema público de grande amplitude até metade do século XX; e (2) o surto epidêmico da *influenza* de 1918-1919, também conhecido como gripe espanhola. Lançamos um olhar centrado em dois eventos que remetem a uma série de condutas médico-sanitárias que desvelam um modo de operar do exercício biopolítico no Brasil, sobretudo no âmbito do higienismo. Nos atentamos especialmente às imagens que figuram no acervo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), dedicado à história das ciências biomédicas e da saúde pública no Brasil, e que reúne documentos pessoais e institucionais, de distintas naturezas. Também nos valem de imagens encontradas no acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin, vinculada à Universidade de São Paulo (USP).

A escolha das imagens enquanto instrumento heurístico não é dada devido ao fato de as compreendermos como simples mediações entre os fatos. Em seu lugar, partilhamos a postura de articular o conhecimento de processos políticos relacionados às imagens com um processo imaginativo subjetivo, o que permite especular e aceitar as falhas. Em outros termos, acreditamos que as imagens podem nos levar a questionar o controle biopolítico das vidas e dos corpos coletivos.

Partimos das reflexões de Didi-Huberman (2012) em torno dos povos expostos e sua relação com a figuração. O autor traz um questionamento acerca das opacidades criadas pela constante localização dos povos entre a aparição e a desaparecimento (resistência diante da desaparecimento). Sua reflexão busca evidenciar como a figuração se

conecta com a emergência do povo como sujeito político nas imagens. As potências política e estética dos povos expostos se demonstram em suas diferentes formas de aparição e na potência das figurações e desfigurações que são produzidas pelos enquadramentos fotográficos e seus sentidos pré-estabelecidos. Dito de outro modo, a potência política e estética das aparições nas figurações pode ressaltar as nuances entre o visível e o legível, sendo a legibilidade vinculada aos dispositivos que são acionados para ler determinadas situações, imagens, corpos e gestualidades.

Isso posto, o presente artigo se estrutura em três blocos. No primeiro, discorreremos sobre o conceito de biopolítica, assentando-o no contexto do Sul Global. Em um segundo tópico, apresentamos algumas imagens em articulação com os conceitos de figuração e aparição, assim como suas condições de possibilidade. Em um terceiro momento, defendemos a hipótese de que o sensível pode figurar como ponto fundamental às formas como nomeamos injustiças e nos posicionamos frente aos enquadramentos da biopolítica das populações.

2 Biopolítica e gestão das populações no contexto do Sul Global

Refletir sobre gestões epidêmicas e sua aparição em imagens nos leva à noção foucaultiana de biopolítica – uma modalidade histórica de poder, exercida sobretudo após o século XVIII através da racionalização dos problemas colocados pela prática governamental e a partir da categoria de população.

A biopolítica, tal como vislumbrada por Foucault, é o poder incidente sobre o corpo-espécie, indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, uma vez que garante a inserção dos corpos no aparelho de produção e produz um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 2014). Trata-se, desse modo, de um conceito de amplo alcance heurístico que busca tornar evidente a natureza das formas variadas de governo sobre as vidas das populações, em suas continuidades e descontinuidades; e que constitui nossa forma histórica de subjetividade, sendo exercida não somente sobre o “exterior” de nossas vidas, mas também nos subjetiva e nos produz (FOUCAULT, 2014). Contudo, apesar da inegável importância do conceito, seu uso merece duas ressalvas: (1) as contradições da expressão biopolítica *per se*, conforme desenvolvido por Roberto Esposito (2010) e

Didier Fassin (2006) e (2) as limitações que a matriz eurocêntrica do termo implica. Sigamos primeiramente na primeira questão.

Como postula Esposito, na biopolítica foucaultiana, o corpo aparece precisamente como o lugar onde se produz o encontro entre a política e a vida. O corpo, dessa forma, é o lugar onde se conjuga o indivíduo e a espécie. Através da biopolítica, o corpo se converte em uma realidade biológica e em um campo de intervenção. No entanto, do que se trata a vida a qual a biopolítica se refere? Ao reduzir a experiência da vida à sua existência biológica, a biopolítica parece incidir não sobre a *bios* – a vida qualificada ou forma de vida, de acordo com o léxico grego – mas parece remeter a dimensão da *zoé* – ou seja, a vida reduzida ao seu estatuto biológico. De acordo com o filósofo, essa troca terminológica situa a biopolítica em uma zona de indiscernibilidade, “porque habitada por um termo que não lhe convém” (FOUCAULT, 2010, p. 31), uma vez que se orienta à *zoé*. Diante de tal impasse, o que podemos entender por *bios*? E, de que forma, podemos pensar uma política que lhe seja dirigida? Ademais, em que implica uma *biopolítica*? Trata-se de uma política da ou sobre a vida?

Didier Fassin (2006), por sua vez, é enfático ao afirmar que a biopolítica não é uma política da vida. Em seu lugar, consiste em uma política das populações, que regula, mensura e produz coletividades populacionais; algo evidenciado na produção de estatísticas, regras de higiene, controle de fluxos migratórios, programas de planejamento familiar, etc. Ao mesmo tempo, diz respeito a coerções e restrições; trata-se, dessa forma, de um conjunto de práticas e técnicas que têm por fundamento os corpos e as populações. Por sua vez, a vida como elemento que produz a experiência dos vivos ou, em outros termos, a vida em sua ampla acepção parece ser suprimida à medida que começa a operar o poder normalizador.

O autor aponta, ainda, para os mecanismos de soberania dentro do funcionamento próprio da biopolítica. Explicitamos melhor: a biopolítica, segundo Foucault, habilitou uma miríade de políticas de extermínio, a exemplo do nazismo, da ocupação colonial, via racismo de Estado; mecanismos que naturalizaram práticas de exclusão e morte em nome mesmo da vida; que inscreveram a *zoé* no coração da *bios* (FASSIN, 2006). Uma tensão evidenciada em um significativo trecho de *A Vontade de Saber*: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um

animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, 2014, p. 154-155). A biopolítica, dessa forma, seria igualmente poder sobre a vida e poder sobre a morte.

Tal percepção também é partilhada por Daniele Lorenzini (2020), ao afirmar que o exercício biopolítico consiste em uma política de vulnerabilidade diferencial. Longe de ser uma política que apaga desigualdades (a partir da categoria de população, que nos enquadra em uma mesma espécie biológica), a biopolítica depende estruturalmente do estabelecimento de hierarquias no valor das vidas, “produzindo e multiplicando a vulnerabilidade como meio de governar pessoas” (LORENZINI, 2020, s/p). Ou seja, a biopolítica implicaria em um poder que opera também pela produção de vidas precárias, postas à margem das políticas destinadas a reforçar sua capacidade produtiva e proteger suas existências. Trata-se de uma política que expõe diferencialmente os seres humanos a riscos, sobre a qual opera uma espécie de condição de aceitabilidade da exposição diferencial das vidas. (FOUCAULT, 2018, p. 217).

Retornamos, agora, a um outro ponto elencado: as bases eurocêntricas que fundamentam o conceito de biopolítica. É evidente que, quando Foucault formulou as bases que fundamentam o biopoder e a biopolítica, ele estava atento às perspectivas caras ao ambiente epistêmico europeu. Pensar biopolítica desde uma territorialidade latinoamericana, sob o ponto de vista do Estado, é pensá-la a partir de um enquadramento colonial. Dito de outro modo, é enquadrá-la em uma territorialização político-funcional (HAESBAERT, 2007) do Sul Global, marcada pelos processos da colonização.

Ao articular a biopolítica com um contexto latinoamericano, Márcia Leite (2020) argumenta que o exercício biopolítico no Brasil tem características singulares. Para além da percepção da biopolítica enquanto política diferencial, a autora sugere a existência de uma biopolítica da precariedade – algo que se percebe em amplo exercício no Brasil da gestão pandêmica (e não só). A autora atenta ao fato de que a gestão diferencial se dá não só por uma ausência de Estado, mas também por sua presença. Em seus termos, uma biopolítica que permite que uns vivam precariamente pela ausência do Estado, e “faz morrer” outros por sua presença ativa (LEITE, 2020,

p. 4). Conforme argumenta, há uma série de agenciamentos governamentais em curso que vêm aprofundando precariedades históricas e que vêm produzindo subjetividades consistentes com essa gestão, no sentido de condução de condutas (FOUCAULT, 2003).

Jota Mombaça (2021), por sua vez, argumenta que há uma continuidade do sistema organizacional colonial que caracteriza a constituição do país. Há, enfatiza o autor, uma construção da ideia de brasilidade que esconde o que de fato constitui a vida nesse território. Algo que torna menos visível o “trauma racial constitutivo da brasilidade” (*Ibid*, s/p); um mascaramento da “brutalização característica, em nome de uma visão romantizada de brasilidade que, supostamente, garante as nossas vidas” (*Ibid*, s/p). Mombaça aponta, ainda, para uma defesa da necessidade de compreender esse território enquanto lócus de uma miríade de opressões – de pensá-lo como fundamentalmente organizado em torno do genocídio e de exploração total; e que se atualiza no plano da normalidade. Uma perspectiva que dialoga com os achados de Leite (2020) acerca de uma formação brasileira marcada por uma sistemática produção de precariedade, cuja forma máxima se manifesta no genocídio.

Resgatando as contribuições de Foucault e Esposito para a contemporaneidade, Paul Preciado (2020) argumenta que epidemias são fundamentais para a elaboração de tecnologias e práticas biopolíticas: “fale-me como a sua comunidade constrói a própria soberania política e lhe direi quais formas tomarão as suas epidemias e como você as enfrentará” (*Ibid*. p. 167). Segundo o autor catalão, surtos de doenças tendem a servir como catalisadores que aceleram transformações nos modelos e hierarquias de quais vidas são e quais não são consideradas dignas de proteção e cuidado. Ou seja, as epidemias provocam novos mecanismos de poder, remanejando a organização dos corpos entre si. Seguindo essa hipótese, o estudo de pandemias e de suas respostas sanitárias serve para explicitar as prioridades e as carências de uma sociedade, além dos discursos e das práticas que reforçam essas desigualdades.

3 A figuração dos povos expostos

Nas imagens das epidemias, na primeira metade do século XX, três características despertam a atenção. Primeiro, a forte presença dos médicos, que se

fazem mais presentes que os próprios doentes. Em geral, olham com complacência os pacientes (à exceção do médico Moncorvo Filho, que olha diretamente para a objetiva), como pode ser observado nas Fotografias 1 e 3. Em segundo lugar, vale destacar a presença dos corpos adoecidos e de pessoas comuns em busca de amparo. Geralmente estão acamadas. No entanto, ainda assim, sua presença deve ser considerada como detentora de agência, uma vez que fazem parte de um processo de figuração. Por fim, há a possibilidade que a imagem ofereça ao espectador o percorrer da cena com o olhar, a busca de leitura e contemplação das expressões daqueles que foram retratados, tanto os profissionais da saúde, quanto aqueles que podem ser considerados os “povos expostos à desapareição”. Essa abertura para o diálogo com o espectador e para a sensibilização de seu olhar é o que nos leva a crer em uma possível abertura para questionar o controle biopolítico das vidas e corpos coletivos.

Fotografia 1 – Moncorvo Filho consulta bebê na epidemia de gripe espanhola de 1918



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz

Importante mencionar que tanto a febre amarela quanto a gripe espanhola consistiram em problemas de saúde pública de grande amplitude. A febre amarela, quando se tornou um problema de saúde a âmbito nacional, em 1849, culminou na criação da Junta Central de Higiene, órgão da burocracia imperial que tinha por finalidade zelar pelas questões de saúde pública: um importante marco no âmbito de um paradigma governamental alinhado a uma determinada concepção de higienismo e de gestão da saúde e vida das populações. Tratou-se de uma violenta epidemia que

matou dezenas de milhares de pessoas em poucos meses. Somente na capital imperial, foram a óbito cerca de 91 mil indivíduos, de um total de 266 mil habitantes (REGO, 2020).

Na época, prevaleciam as teses dos miasmas e dos contágios. Miasmas seriam ares putrefatos que contaminariam os povos, ou seja, havia uma causalidade muito dada entre condições locais e propagação de doenças; já o contágio se refere à crença em que a propagação de um patógeno ocorre através da transmissão de um indivíduo infectado a outro. No caso da febre amarela, a comunidade científica viu-se diante de uma doença que se propagava de forma dupla: percebia-se um adoecimento coletivo de pessoas que conviviam conjuntamente e, por outro lado, também se percebia a recorrência da enfermidade em regiões bastante delimitadas da urbe. Desse modo, a gestão da crise, sobretudo a mando do Governo Imperial, vislumbrou técnicas que recorressem sobre a topografia da cidade, mas também sobre os corpos individuais. Comissões médicas atuaram em “todas as freguesias da cidade para tratarem dos doentes pobres” (REGO, 2020, p. 31). Às famílias de posse, cabia a contratação dos “médicos de família”. Além disso, comissões da polícia também foram acionadas para examinar as condições de salubridade dos portos e navios e encaminhar os adoecidos aos hospitais, enfermarias e lazaretos da região (CHALHOUB, 2018).

Durante a crise, também se viu inúmeras residências serem isoladas, em medidas quarentenárias forçadas, conforme vemos na imagem abaixo (Fotografia 1). Nela, alguns possíveis agentes de saúde debruçam-se sobre uma residência. Fecham suas portas e janelas com peças de madeira, e põem lonas sobre seu telhado. Tratava-se de uma medida historicamente posta em prática durante grandes crises epidêmicas. Não sabemos quem fez a fotografia ou o que fez irromper o gesto fotográfico. O seu tom documental nos dá a pista de que consiste em uma peça de divulgação ou registro de uma burocracia imperial que buscava arrefecer uma epidemia de grandes proporções. Vale mencionar, ainda, que era corrente uma resistência à implementação das táticas biopolíticas articuladas pelo saber médico.

Fotografia 2 – Isolamento de residência infectada pelo mosquito da febre amarela



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz

A gripe espanhola, por sua vez, foi a doença que mais matou humanos em um período de duração similar na história. Em termos mundiais, foram mais de 50 milhões de mortes (KOLATA, 2001). No Brasil, fez aumentar a taxa de mortalidade média em quase 2.000%. O “pandemônio de 1918” foi marcado pela ausência de estratégias mais robustas no intento de sanar a crise e pela escassez de verbas destinadas à saúde pública.

Ruas esvaziadas, adoecimentos coletivos, “curas” milagrosas e processos quarentenários mais ou menos eficazes fizeram vez no curso da *influenza* de 1918. Conforme apontam Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2020), foi patente uma má coordenação das ações governamentais, que assumiram posturas negacionistas quanto ao estatuto da crise; e tornavam visíveis as desigualdades e precariedades do Brasil da Primeira República, colocando à prova a tese de um nacionalismo progressista que ensaiava prevalecer.

A ausência de uma estrutura médico-sanitária mais complexa culminou no protagonismo desempenhado pelas instituições filantrópicas, a exemplo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), iniciativa privada criada pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Filho, dedicada especialmente à instrução de cuidados higiênicos e profiláticos à família, e cujos esforços, durante a influenza de 1918, se concentraram sobretudo nas periferias da capital da República.

Na Fotografia 1, o contraste entre a presença dos médicos e a presença de uma mulher, que parece ser a mãe da criança atendida, faz com que nosso olhar oscile entre o branco das vestes e o tom escuro da roupa e dos cabelos da mulher. Há também a inquietante presença de um rosto masculino à paisana sobre o ombro direito do doutor Moncorvo. Essa cena nos permite movimentar o olhar e passear sobre a superfície dos rostos e corpos: ela nos torna sensíveis à dignidade das vidas, que estão longe de estarem presas a uma representação estereotipada. Ela nos permite fabular junto com a figuração dos povos nela expostos.

A figuração não se confunde com uma cópia, reprodução ou representação do real, mas apresenta um modo de compreensão da imagem, do sujeito e do texto que escapa ao pressuposto de que há uma relação necessária de causa-efeito entre o que a obra mostra e a recepção do espectador; ou, ainda, que a intenção do artista vai provocar uma mudança repentina e profunda nos quadros de sentido que orientam a percepção de mundo do espectador (RANCIÈRE, 2019). A representação geralmente oferece, por meio de seu enquadramento e de esquemas classificatórios, uma instrução fornecida pelas obras para que o espectador possa experimentar a indignação, o assombro, a contestação da injustiça, o compadecimento ou mesmo o horror. (*Id.* 2012).

A imagem que permite a figuração, segundo Rancière (2012), pode ser tematizada quando a obra se torna capaz de interromper o mecanismo explicativo da representação que tende a uma consensualidade. Dito de outro modo, enquanto a representação tende a imobilizar e fixar os sujeitos em categorias que os definem e os submetem, a figuração revela o quão difícil (e mesmo impossível) é reter os sujeitos e a complexidade de suas experiências em uma imagem/obra. Na figuração, o sujeito tem que escapar à nossa tentativa incessante de tudo categorizar, avaliar, julgar e submeter ao já familiar: ele deve permanecer estranho, infamiliar e, por isso mesmo, inquietante.

Fotografia 3 – Moncorvo Filho consulta criança durante surto de gripe espanhola de 1918



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz

Ainda assim, continuamos a observar outros detalhes e movimentos daqueles que parecem ser menos figurantes ao redor do médico. Como salienta Didi-Huberman (2012), os figurantes também podem ajudar um povo a aparecer politicamente na imagem através de um processo de dialetização, de problematização e agência que envolve interferir nos imaginários políticos definidores de um comum. O lampejo produzido pela presença dos figurantes na imagem questiona o estatuto dos povos expostos à desapareição e mostra que o sofrimento e a demanda por socorro não podem ser apagados em prol das estratégias e dispositivos de gestão e controle dos corpos. Os pacientes são escutados, atendidos, observados com atenção pelos médicos “figurantes”, atuando contra o apagamento das vidas, contra a biopolítica e a necropolítica, trazendo outra luminosidade para sensibilizar nosso olhar para a dor da alteridade.

A figuração, assim, promove uma outra forma de estruturação do “pensável”, envolvendo a alteração de um regime de percepção, de leitura e de escuta por meio do qual elementos diversos se justapõem e se atritam de modo a permitir um deslocamento de nossa posição em relação ao modo como apreendemos, percebemos e respondemos às demandas do outro e aos eventos do mundo. A figuração ocupa lugar importante na reflexão de Rancière (2018; 2019) acerca da desmontagem das explicações previsíveis do mundo. Em seu trabalho recente, as operações que constituem as imagens se dedicam a explorar uma tensão entre a realidade e as

INTERIN, v. 27, n. 2, jul./dez. 2022. ISSN: 1980-5276.

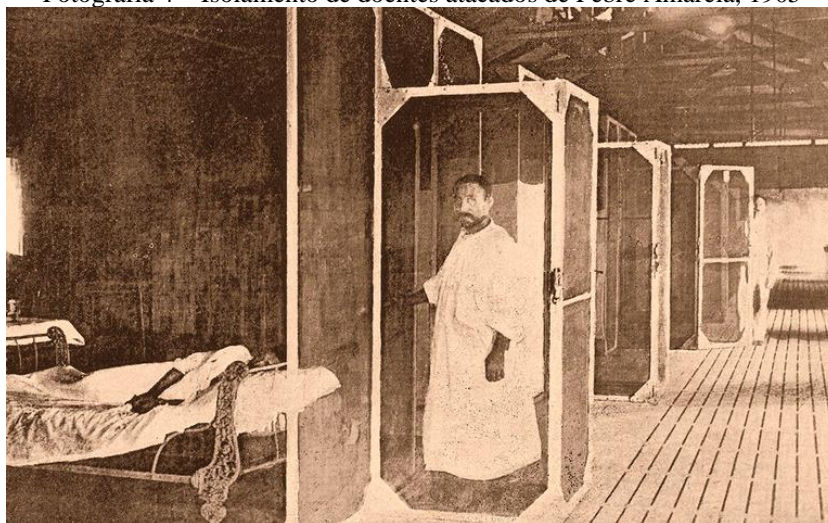
“aparências” - lembrando que aparência não se restringe à superfície, mas abrange os modos de tornar legível e tornar inteligível. É na exploração desse processo que conseguimos distinguir brechas e intervalos que permitem as reconfigurações e deslocamentos necessários ao olhar e à interpretação.

Diante desse aspecto, acreditamos ser possível aproximar as reflexões de Rancière às de Didi-Huberman. Argumentamos, junto com Didi-Huberman (2012), que a imagem pode tornar sensível, ou seja, pode tornar acessível uma dimensão da forma de vida precária que geralmente não são dadas a ver na superfície das imagens representativas. Ele salienta as interrupções que as imagens podem promover nos saberes e nas formas hierárquicas de se conhecer o mundo. Essa proposta de “dialetrizar o visível” (*Ibid.*), como ele mesmo nomeia, visa olhar as imagens “outramente, introduzir a divisão e o movimento a elas associados, a emoção e o pensamento conjugados” (*Id.*, 2016a, p. 405).

No que se relaciona às condições contextuais e de possibilidade da imagem em si, vale mencionar que Moncorvo Filho integrava um movimento político descrito por Oliveira (1990) como “nacionalismo militante”. Rompendo com o determinismo racista das elites que justificam todas as mazelas do país pela composição étnica de sua população, esse novo grupo de intelectuais assumia para si a função de modernizar o país e civilizar seu povo.

Nos atentemos, contudo, ao fato de que as operações da ordem médico-higienista que se fizeram valer no país se atrelam a uma concepção biopolítica, no que diz respeito à gestão e às formas de governar uma população. Uma biopolítica das populações, algo que deixa entrever não somente o reforço de suas capacidades produtivas, mas que, ao fazê-lo, as enquadra em uma aceção normativa e normalizadora acerca de um estatuto das vidas. É, portanto, marcado por uma espécie de ambiguidade: uma política da e sobre a vida, conforme mencionamos em tópico anterior.

Fotografia 4 – Isolamento de doentes atacados de Febre Amarela, 1905



Fonte: Instituto Oswaldo Cruz

Acima (Fotografia 4), um enfermeiro negro olha para a câmera, enquanto está prestes a atender um paciente que, também negro, está à espera de auxílio em seu leito. O movimento sensível de interpelar a cena faz parte, segundo Didi-Huberman, do gesto de “dialetrizar o visível”, ou seja, de sublinhar a “potência de legibilidade dos acontecimentos sensíveis” através das imagens. Nesse gesto ético e político, busca-se a potência de tornar legível a dialética de algo reprimido, de vidas que foram desumanizadas, silenciada, supostamente descartáveis e que são designadas a cuidar de outras vidas igualmente consideradas indignas de luto (BUTLER, 2019). Tal dialética se configura, porque as imagens podem “tornar sensíveis e legíveis as falhas, os lugares e os momentos por meios dos quais os povos, ao declararem sua impotência, afirmam, ao mesmo tempo, o que lhes falta e o que desejam (DIDI-HUBERMAN, 2016a, p. 422).

Esse autor articula e combina dois gestos estético-políticos importantes: dialetrizar o visível e tornar sensível (*rendre sensible*). Este último significa tornar acessível aquilo que nossos sentidos e inteligências nem sempre conseguem “ler” ou conferir sentido, permanecendo como indício, resto, algo que é geralmente desconsiderado pelo olhar. Mas tornar sensível também significa passar a considerar algo que nos escapava, sobretudo algo que não era “legível” até então acerca da vida dos povos e de sua história.

O entendimento dos povos expostos como sujeitos políticos dignos revela que o indivíduo não é somente aquele que oscila entre a sobreexposição e a subexposição

INTERIN, v. 27, n. 2, jul./dez. 2022. ISSN: 1980-5276.

(luz ofuscante e ausência de luz), nem tampouco aquele que merece visibilidade e voz. Assim, Rancière e Didi-Huberman possuem o interesse comum em evidenciar como as imagens dialeticamente tornam sensíveis – acessíveis, legíveis e dignas de consideração – a vida e a sobrevivência dos povos, ao mesmo tempo em que elas declaram a impotência dos oprimidos em situações que os expõem à violência, ao silenciamento e, justamente por isso, demandam outras formas de acolhimento, consideração e hospitalidade.

Tornar sensível não se restringe à visibilidade, mas implica modificar formas de sensibilidade que envolvem atenção, classificação e percepção das diferenças envolvidas nas relações intersubjetivas. A aparição dos povos envolve a constante negociação em torno de um imaginário coletivo, a produção de um comum, de uma semântica que permita nomear as injustiças e criar outros desenhos possíveis para a ação. Segundo Didi-Huberman (2016b) um povo se define por sua agência, pelos sentidos que atribuímos a ela, de modo a perceber uma coletividade dotada de um valor, de uma valência normativa, ética e estética.

Tornar sensível e dialetizar o visível são trabalhos que a imagem pode realizar de maneira complementar. No lugar de discursos de causalidade e de apagamento das sutilezas e texturas das experiências, essas operações nos auxiliam a encontrar os elementos da imagem que permitem produzir figuração através de uma aproximação, um avizinhamo mais demorado entre o espectador e a alteridade presente na imagem. Imagens de avizinhamo (interpelação pelo olhar direto para a objetiva, por exemplo) despertam no espectador novos modos de percepção da imagem, do texto, dos corpos e das múltiplas espacialidades e temporalidades da cena a partir da qual figuram e se erguem, dialética e sensualmente, os rostos que nos interpelam.

Segundo Rancière (2012; 2019), a imagem como operação faz trabalhar um saber que escapa ao prescritivo e ao representativo, até alcançar uma dimensão imaginativa que redefine visibilidades e legibilidades. Para ele, a fabulação das imagens está intrinsecamente ligada à ficção e ao tipo de experiência emancipada que emerge na narrativa ficcional e que mistura temporalidades e espacialidades de maneira desierarquizada.

Como vimos anteriormente, *aparecer* é uma ação que possui, para Rancière e Didi-Huberman, o sentido de um momento de dissenso, de deslocamento que produz

intervalos e, a partir deles, podemos perceber as disparidades, as tensões e fraturas que permaneciam ocultas sob o manto de um registro representativo, causal e hierárquico. Tornar sensível a existência de povos vulneráveis é, a nosso ver, figurar sua existência, indo além da representação, de modo a conferir a elas dignidade e hospitalidade. A figuração faz emergir os sujeitos como povos: torna-os sensíveis (visíveis, apreensíveis e legíveis), ao mesmo tempo que nos torna sensíveis a eles, deslocando-nos da compaixão para a comoção. Didi-Huberman (2016b) nos convida a cultivar percepções dialéticas acerca da história e da maneira como os povos são representados em narrativas documentais. Muitas vezes sua dignidade e seu valor como formas políticas de existência não figuram nessas narrativas. Para ele, a própria ausência de poder de um povo pode ser tornada sensível, ou seja, pode ser pensada criticamente através dos afetos que mobilizam.

Fotografia 5 – Enfermaria do hospital provisório da Escola Benjamin Constant, em 1918



Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Acima (Fotografia 5), ao mesmo tempo que relegada ou desvalorizada pela narrativa, o sujeito que sofre se impõe como presença plástica, performativa, expondo uma corporeidade reveladora de determinado contexto e experiência situada e dotada de uma potência capaz de desestabilizar a significação interna que um certo enquadramento procurou elaborar. A exposição das singularidades, dos corpos, dos rostos e histórias dos “povos fadados a desaparecer” traz outro léxico de

corporeidades, rostos, gestos, trejeitos, presenças intimidadoras (vultos, sombras, corpos adoecidos, marcados, fantasmáticos), alterando linguajares e enunciados.

A aparição do corpo adoecido na imagem promove um desvio: sua presença desvia a ênfase narrativa, promove outra experiência. A singularidade de sua presença e de sua agência está muito ligada ao corpo, ao rosto e à marca única da experiência dos sujeitos que fazem figuração. A apreensão sensível dos povos expostos à desapareição proposta por Didi-Huberman considera não só a dialética entre o aparecer/desaparecer, mas procura ver o sujeito em sua corporeidade, sua presença plástica e performativa, articulando a singularidade de sua forma na imagem com a potência política de seu devir. O corpo adoecido, bem como seu agenciamento estético e político interferem fortemente no regime expressivo da imagem e sem seu dispositivo de poder, porque mesmo não chegando a ser *protagonista* da ação nas imagens, ele também produz agenciamentos.

4 Considerações finais

Uma imagem é um composto de vários elementos heterogêneos que, articulados, alcançam uma ressonância de modo a configurar outros sentidos do possível (RANCIÈRE, 2018). Por isso acreditamos que pode ser entendida de modo mais amplo que seus elementos visíveis. Ao deslocarmos o olhar do sentido denotativo da imagem, é possível olhá-la e perceber a figuração dos sujeitos: sua existência como seres humanos submetidos à dor, ao sofrimento e à precariedade já pressupõe o estabelecimento de possibilidades imaginativas, também alcançada (apesar de não só) pela pose e pela presença da figura humana nas fotos.

Ao pensar os povos expostos a partir do modo como seus rostos e corpos se singularizam em cena imagética (seja de maneira individualizada ou coletiva), percebemos que o aparecimento de um corpo pode adquirir uma potência política que precisa ser revelada e analisada a partir de outros enquadramentos. Contudo, não se pode apreender a singularidade da aparição dos povos expostos à morte sem perder de vista a dimensão de que as imagens são inseridas em uma estrutura narrativa, em um dispositivo distinto de produção e circulação. Não se pode desconsiderar a economia interna dos procedimentos de elaboração das imagens (seu projeto político, estético,

ético e sua engrenagem). Nesse sentido, cada imagem e cada meio de produção de imagens promove aparições distintas dos povos e isso impacta em como sua legibilidade vai ser construída. Assim, a aparição também obedece a critérios que pautam a realização e modos de endereçamento das imagens.

Além disso, é necessário que estejamos atentos ao ponto de que o arquivo é algo inseparável dos jogos do poder, cujas violências lhes são constitutivas. A violência, contudo, não determina as formas como a imagem é experienciada; nos termos de Didi-Huberman (2018), ao pensá-las como rasgaduras, as imagens colocam em questão a possibilidade de uma interpretação unívoca, pois pensam o saber de modo conjugado ao não-saber – e não em contraposição.

O trabalho da imagem é, de acordo com Didi-Huberman, fazer figurar o que contribui para o apagamento dos lampejos, que têm como reconfigurar o espaço e o tempo, interferindo naquilo que pode ser visto, nomeado e sentido. Assim, por mais que o corpo esteja retido sob o choque da dor e da doença, a corporeidade faz ecoar o gesto e o som das vidas que precisam resistir contra a violência, a barbárie e o esquecimento por meio da construção precária de uma memória ética corporificada. A aparição dos corpos adoecidos pode trazer de volta o lampejo que foi apagado pelo silenciamento da desfiguração e da voz do rosto, mostrando a luta pela sobrevivência diante do dispositivo de morte e da queda na ilegibilidade destinada àqueles tidos como indignos.

Dessa forma, apesar de termos apontado para constrangimentos e procedimentos caros às formas de operação biopolíticas, defendemos que fazer figurar os povos altera a inteligibilidade da história, das aparências e aparições daqueles que declaram suas vulnerabilidades, ao mesmo tempo que produzem a exposição sensível de suas vidas, das falhas, intervalos e brechas onde cultivam sobrevivências e emancipações possíveis. Por isso, mesmo no fluxo interminável de apagamento das vidas por enquadramentos estigmatizantes, é possível ter alguns momentos de lampejo nos quais as vidas precárias nos alcançam e nos movem, nos afetam, de modo a conseguirmos escutar seu rosto, atravessando e furando toda a narrativa midiática de apagamento e desfiguração. Mostrar como as mecânicas da legibilidade podem ser descontinuadas é o trabalho do devir minoritário: a invenção de enunciados que

perfuram a narrativa desfiguradora, e de imagens que trazem de volta os corpos dos escombros do esquecimento.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Ces corps qui comptent encore**. *Raisons politiques*, v. N° 76, n. 4, p. 15–26, 2 dez. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Peuples exposés, peuples figurants**: L’Oeil de l’Histoire, 4. Paris, Éditions de Minuit, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Peuples en larmes, peuples en armes**. Paris: Éditions de Minuit, 2016a.

DIDI-HUBERMAN, Georges. To render sensible. *In*: BADIOU, A, et al. **What is a people?** Columbia University Press, 2016b, p.65-86.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. 3a. edição. São Paulo: Ed. 34, 2018.

ESPOSITO, Roberto. **Bios**: Biopolítica e Filosofia. Lisboa: Edições 70, 2010.

FASSIN, Didier. La biopolitique n’est pas une politique de lavie. **Sociologie et sociétés**, v. 38, n. 2, p. 35–48, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda., 1981.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-Saber. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, vol. I**: A vontade de saber. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes Ltda., 2018.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, 2007.

KOLATA, Gina. **Flu**: The story of the great influenza pandemic of 1918 and the search for the virus that caused it. New York: Touchstone Books, 2001.

LEITE, Márcia. Biopolítica da Precariedade em tempos de Pandemia. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Reflexões na Pandemia, p. 1–16, 2020.

LORENZINI, Daniele. Biopolítica nos tempos do coronavírus. **Instituto Humanitas Unisinos**, 2020.

MOMBAÇA, Jota. Cerimônia de abertura da IX Semana de Saúde Mental e Inclusão Social da UFMG, 17 maio 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vFd2aetWccg>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

MONCORVO FILHO, C. A. **O Pandemônio de 1918**. Subsídio ao histórico da epidemia de gripe que em 1918 assolou o território do Brasil. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento da Criança no Brasil, 1924.

PRECIADO, Paul B. Aprendiendo del virus IN: AGAMBEN, Giorgia et. al. **Sopa de Wuhan**: pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias. ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio): 2020. 188p. Disp. em: < <https://bit.ly/sopadewuhan> >, acesso 21 jan. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **Les temps modernes**. Paris: La Fabrique, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **Le travail des images**. Conversations avec Andrea Soto Calderón. Dijon: Les Presses du Réel, 2019.

REGO, José. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850**. Rio de Janeiro: Chão, 2020.

SCHWARCZ, Lília. M.; STARLING, Heloísa. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Cia. Das Letras, 2020.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora, AIDS e suas metáforas**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

Recebido em: 18/05/2022

Aceito em: 13/06/2022